

“Não dá mais para ficar só sentando para conversar”

Gabriel busca saída para equilibrar as contas de seu Estado, que gasta 92% da receita com salários

O governador do Pará, Almir Gabriel, avisa que não quer mais ficar só conversando sobre uma saída para a dívida de R\$ 3,2 bilhões de seu Estado. “Preciso de uma solução urgente; não dá mais para ficar só sentando para conversar”, afirma, nesta entrevista ao **Estado**.

Estado — O Pará tem dívidas?

Almir Gabriel — Sim. A dívida total é de R\$ 3,2 bilhões. Desse total, o Estado deve R\$ 1,2 bilhão para empreiteiras e prestadoras de serviço e R\$ 1 bilhão para questões judiciais. Outro R\$ 1 bilhão é a considerada dívida fundada. Além dessa situação, quando assumi em janeiro de 1995 tive de pagar R\$ 100 milhões em 13º salário e folha de dezembro para funcionários em greve; e, ainda para pagamento de operações ARO contratadas no governo anterior, de Jader Barbalho, porque o Tribunal de Justiça já tinha bloqueado as contas do Estado por falta de pagamento. Pior é que a receita orçamentária prevista para 1995 era de R\$ 1,2 bilhão. Esta era a situação que encontrei e me fez passar os cem primeiros dias de governo pagando R\$ 1 milhão por dia para, entre outras coisas, desbloquear as contas do Estado.

Estado — O que o senhor faz para tentar manter as contas ajustadas?

Gabriel — A fórmula é comum e velha: aumentar a receita própria, reduzir drasticamente as despesas e tomar empréstimos. Foi assim que reduzimos em 15% o número de funcionários, de 135 mil servidores para 117 mil, incluindo inativos. Isso diminuiu o gasto com a folha de 92% para 72%. O drama hoje é que o Executivo corresponde a 58% desse total e os outros 14% de despesa com pessoal correspondem a repasses para o Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas do Estado e municípios. E hoje conseguimos comprar alimentos e medicamentos com preços 60% menores do que no governo anterior. Por outro lado, melhoramos a receita, embora não tenha sido substancialmente: aumento de 7% no valor da receita própria.

Estado — Quando o Pará começou a trabalhar para equacionar o problema das dívidas?

Gabriel — O primeiro passo foi dado quando mandamos a dívida com empreiteiras e prestadores de serviços para auditoria

de valor e de execução dos serviços prestados. Em seguida, os processos em andamento na Justiça passaram a ser coordenados pela Procuradoria do Estado, tanto na administração direta como indireta. Por exemplo, conseguimos reduzir a dívida cobrada por uma empreiteira na Justiça de R\$ 400 milhões para R\$ 36 milhões; e nas questões trabalhistas, em alguns casos, diminuímos uma dívida de R\$ 150 milhões para zero. Depois renegociamos a dívida fundada com a Caixa Econômica Federal (CEF) e as AROs em um valor de, aproximadamente, R\$ 130 milhões, saindo de uma taxa de juros de 70% ao ano para a metade, 35% ao ano.

Estado — Qual foi o aspecto mais difícil de resolver?

Gabriel — Houve um estrangulamento, porque o pagamento de todas estas dívidas passou a absorver cerca de 20% da receita líquida corrente do Estado, que hoje equivale a cerca de R\$ 20 milhões por mês. A partir de janeiro de 1999, esse valor vai baixar para R\$ 5 milhões por mês. É por isso que preciso alongar o prazo, porque já estamos outra vez comprometendo 92% da receita líquida só com folha e pagamento da dívida. E o Pará precisa investir, e não é em novas obras: trata-se de reconstruir o Estado. Por exemplo, do total de 7 mil quilômetros de estradas no Esta-

do, 3 mil quilômetros são de estradas asfaltadas e tenho de refazer o asfalto em 2 mil quilômetros. Outro caso: tenho 3.377 escolas de primeiro e segundo graus, e preciso reconstruir mil delas.

Estado — O que foi mais fácil?

Gabriel — Isso não houve. Foi tudo com muito sacrifício até agora. Mas a demissão dos funcionários temporários foi a que doeu menos, por ter sido a demissão de cabos eleitorais.

Estado — Como o senhor administra a folha de pagamento, que não respeita a proporção dos 60% previstos na Lei Camata?

Gabriel — No primeiro mês de governo, consegui reduzir a folha de R\$ 50 milhões para R\$ 43 milhões. Mas o crescimento vegetativo desse regime jurídico único fez a folha crescer em 20 meses de R\$ 43 milhões para R\$ 52 milhões. Hoje pago em dia, mas estou restringindo investimentos e custeios para manter em dia o pagamento dos funcionários, e, o pagamento da dívida.

Estado — Por que existem Estados que estão em boa situação financeira?